

CRISE URBANA E O ANTIVALOR EM DAVID HARVEY

<https://doi.org/10.4215/rm2020.e19031>

Márcio Moraes Valença ^{a*}

(a) Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal (RN), Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7318-6606>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/7057449448661416>.

Article history:

Received 09 October, 2020
 Accepted 12 October, 2020
 Publisher 15 December, 2020

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: Av. Bernardo Vieira, 4355, ap.302, CEP:59.015-450, Tirol, Natal (RN), Brasil.
Tel: (084)99177-0606
E-mail: marciovalenca10@gmail.com

Resumo

Neste ensaio, discutimos a relação entre a crise urbana contemporânea e o antivalor no pensamento de David Harvey. O mundo contemporâneo, crescentemente urbano, é dominado pelo império do antivalor, em especial na forma crescente de dívida. O antivalor, na forma de capital portador de juros, tem papel crucial na reprodução do capital, articulando produção, circulação e realização das mercadorias, promovendo e facilitando o movimento geográfico do capital além das transferências entre circuitos econômicos e ciclos de produção. A dívida, no entanto, é a forma favorita do antivalor sob o capitalismo contemporâneo. Além de ser lastreada pelo Estado de várias formas, inclusive por meio da dívida pública, a dívida aprisiona todos os agentes econômicos numa servidão perpétua. A dívida acompanha a tendência do capitalismo de produzir valor e mais-valor continuamente, o que Harvey denomina de má infinidade. O antivalor em sua forma de dívida é também denominado fetichismo do capital, termo que designa a contraditória situação em que o dinheiro sozinho parece ter a qualidade mágica de gerar mais dinheiro. As consequências para a crise urbana vão além da própria necessidade de resolver problemas fiscais do Estado. A necessidade crescente de conciliar produção de mais-valor com o serviço da dívida gera espaços diferenciados na cidade, dominados pela gentrificação e pela segregação.

Palavras-chave: Crise urbana. Antivalor. Capital fixo. Espaço construído. Dívida.

Abstract / Résumé

URBAN CRISIS AND THE ANTI-VALUE IN DAVID HARVEY

This text discusses the relation between the urban crisis today and the anti-value in respect to the conceptual framework set by David Harvey. The world today, which is increasingly urban, is dominated by the Empire of anti-value, especially in the form of a growing debt. The anti-value, in the form of capital holder of interest, plays a crucial role in the accumulation of capital, articulating production, circulation and realization of commodities, promoting and facilitating the geographical movement of capital and the transfer of capital between economic circuits and cycles of production. However, debt is the favorite form of anti-value under capitalism today. In addition to being supported and granted by the State in a variety of ways, including through public debt, debt imprisons all economic agents in perpetual servitude. Debt follows the tendency of continuous production of value and surplus value under capitalism, a movement that Harvey calls bad infinity. Anti-value in its form of debt is also called fetishism of capital, which defines the contradictory situation in which money alone seems to have the magic powers to create more money. The consequences of growing debt to the urban crisis go beyond the necessity of solving fiscal problems of the State. The need to produce value and surplus value, in addition to the service of the debt generates urban spaces marked by gentrification and segregation.

Keywords: Urban Crisis. Anti-value. Fixed Capital. Built Environment. Debt.

CRISE URBAINE ET L'ANTIVALEUR CHEZ DAVID HARVEY

Ce texte traite de la relation entre la crise urbaine contemporaine et le concept d'antivaleur dans la pensée de David Harvey. Le monde contemporain, en croissance urbaine, est dominé par l'empire de l'antivaleur, particulièrement sous la forme croissante de dette. L'antivaleur, sous la forme de capital à intérêt, joue un rôle essentiel dans la reproduction du capital, en articulant production, circulation et réalisation des marchandises, promouvant et facilitant le mouvement géographique du capital en plus des transferts entre circuits économiques et cycles de production. La dette, cependant, est la forme privilégiée de l'antivaleur sous le capitalisme contemporain. En plus d'être soutenue par l'Etat sous de différentes formes, y compris par le moyen de la dette publique, la dette condamne à tous les agents publics un asservissement éternel. La dette accompagne la tendance du capitalisme à constamment produire valeur et plus-values, ce que Harvey nomme mauvaise-infinité. L'antivaleur sous sa forme de dette est aussi désigné de fetichisme du capital, terme qui fait référence à la contradictoire situation dans laquelle l'argent paraît acquérir la qualité magique de produire plus d'argent. Les conséquences de la crise urbaine vont au-delà de la nécessité de résoudre des problèmes fiscaux de l'Etat. Le croissant besoin de concilier la production de plus-valor avec le service de la dette, produit des espaces différenciés dans la ville, dominés par la gentrification et la ségrégation.

Mots-clés: Crise Urbaine. Antivaleur. Capital Fixe. L'espace Construit. Dette.

INTRODUÇÃO

ENOUGH! (BASTA!)

Não há nada óbvio ou fácil na análise da produção intelectual de David Harvey. Ele vai e vem em seu diálogo constante com os escritos de Karl Marx, na busca pela melhor leitura crítica e pela adaptação ao contexto atual. Para quem tem plena consciência de todo o percurso por que tem trilhado o capitalismo nos últimos 150 anos, fazer essa adaptação requer um esforço hercúleo. Daí a importância do renomado geógrafo no contexto acadêmico da atualidade. Mais do que isso, ele busca interpretar a cidade e o desenvolvimento urbano, no capitalismo financeiro. O capitalismo encontra na cidade o terreno mais fértil para o seu desenvolvimento, tendo, por esse motivo, se urbanizado numa medida nunca especulada por Marx, quando escrevia sobre o tema em meados do século XIX. Mas Harvey, como um de seus intérpretes mais fiéis, tem dedicado muito de sua carreira à atualização dos conceitos marxianos e à sua aplicação à economia política da urbanização.

Neste ensaio, iremos abordar a crise urbana atual. Como ponto de partida, utilizaremos *A loucura da razão econômica* (HARVEY, 2018), livro de natureza, em muito, teórica. Nesse livro, o autor não trata especificamente da cidade, mas não é possível ler o que diz sem considerá-la. Há muito pouco nele que já não esteja em seus outros livros (alguns dos quais serão também mencionados neste texto). Este é o *modus operandi* do autor: acrescenta, em cada trabalho, camadas de novos entendimentos sobre os mesmos temas já tratados; atualiza e aperfeiçoa conceitos por ele próprio já elaborados. O que distingue esse novo livro são a clareza e a objetividade das explicações de matérias por demais complexas. Além disso, distingue-se a forte presença do ativista ardente por justiça social, tema que o colocou em cena como um dos mais citados acadêmicos da atualidade, há quase cinco décadas, quando publicou *Social justice and the city* (HARVEY, 1973).

Para iniciar, deve-se ter uma noção, ainda provisória, do que vem a ser a crise urbana. Uma crise é algum estado efêmero de instabilidade. A crise urbana, nas últimas décadas – se não se refere, como em alguns casos, a conflitos e guerras; ou a algum desbalanceamento de natureza demográfica, como o envelhecimento da população, o esvaziamento dos centros e/ou a alegada imigração acentuada; ou a contingências e catástrofes “naturais”, como os furacões Katrina e Sandy, e a epidemia do novo coronavírus –, quase sempre se refere, ou dela é consequência, a uma crise fiscal que limita ou impossibilita os governos locais de responderem adequadamente aos problemas urbanos que se apresentam, como a manutenção da máquina pública, as obras de manutenção dos serviços públicos e das infraestruturas, e o custeio de novos investimentos. A crise fiscal tem sido quase sempre resolvida de duas formas: endividamento público, mesmo quando operações urbanas utilizam-se do mecanismo das parcerias público-privadas; e/ou aportes extras de governos regionais e nacionais, caso em que o endividamento é transferido, total ou parcialmente, para outros níveis de governo, considerando que estes também enfrentam um problema fiscal. Essa é uma contradição de interesse para este debate: a crise fiscal de governos locais, na atualidade das últimas quatro ou cinco décadas, está principalmente relacionada com a incapacidade fiscal de Estados nacionais em manter o seu sistema de repasse de recursos de custeio para os governos locais. Pelo menos, tem sido essa a retórica amplamente adotada por políticos neoliberais, mundo afora.

A crise fiscal – na qual incide, cada vez mais, o elevado custo da dívida pública como um de seus componentes – é utilizada como justificativa para promover medidas de neoliberalização da economia, como, entre outras, aberturas comerciais, privatizações, reformas do Estado e desregulação bancária, do mercado financeiro e do mercado cambial. Em outras palavras, utilizam-se como explicação e justificativa o tamanho e o custo do Estado. Porém, durante todo esse período, no geral, o Estado não diminuiu, tendo batido recordes de arrecadação ano após ano; ele apenas mudou de caráter, reduzindo gastos com políticas sociais e aumentando gastos com políticas de promoção dos negócios (incluindo o serviço da dívida pública). As possibilidades de utilização do Estado como agenciador e garantidor das operações de crédito, inclusive de seu componente de dívida, são muitas. A acumulação da dívida, nesse contexto, é progressiva e contínua. Se a crise urbana tem a ver com esse processo, não há, portanto, como ela deixar de existir. A implosão das finanças públicas no contexto da globalização atual está diretamente relacionada com o aprofundamento da dívida pública e o custo que esta representa no orçamento do Estado.

Quem já teve uma longa passagem pela Geografia, saberá que cada lugar é um lugar único. Então,

fica quase impossível referir-se à crise urbana como uma condição geral de todas as cidades e sociedades e afirmar que se manifesta da mesma maneira em cada uma delas, ou mesmo no interior delas. Mas será que não há certas condições que articulam as várias crises nas várias cidades mundo afora? Afinal, não vivemos a tão propagada globalização? Vamos então construir uma resposta para esta questão. A palavra-chave, para início da discussão, é antivalor.

O IMPÉRIO DO ANTIVALOR COMO MÁ INFINIDADE

Harvey (2018) explica que, segundo Marx, o capital tem de multiplicar-se continuamente, o que garante a “infinidade” da acumulação. “Nossa compreensão do mundo se torna refém da insanidade de uma razão econômica burguesa que não apenas justifica como promove a acumulação sem limites [...]” (HARVEY, 2018, p. 173). Esse processo tem um potencial destrutivo pouco estimado pelos especialistas: “a ‘má infinidade’ do crescimento exponencial infundável [...] só pode culminar em desvalorização e destruição” (p. 173). O que parece ser crescimento econômico e progresso tem por base o que o autor denomina de “fetichismo do capital”, em que “o dinheiro aparece como se tivesse o poder mágico de criar incessantemente mais dinheiro” (p. 173). Isso fica mais claro ainda no atual momento histórico, em que o capital financeiro e o seu complexo urbano-imobiliário são dominantes.

O dinheiro é uma representação do valor. Ele tem também outras funções, como servir de meio para as trocas econômicas ou servir como poupança, reserva para futuros investimentos e/ou entesouramento. No entanto, o dinheiro pode, ele próprio, funcionar como ou parecer uma mercadoria. No caso, o seu valor de uso seria a propriedade que tem de poder ser emprestado. Ele é, assim, vendido no mercado por um preço, que é o seu valor de troca: o juro. Geralmente, tal operação deveria servir tanto para viabilizar o investimento de outros capitalistas, como para viabilizar a circulação e a realização (consumo) de mercadorias, casos em que retornaria quase que imediatamente ao processo de produção de mercadorias. Nesse caso, ele agiria como facilitador da produção e viabilizador da circulação e realização da mercadoria, antecipando compras que, de outra forma, teriam de esperar a conclusão de vários ciclos de produção para acontecer. O dinheiro, exercendo essa função, é também chamado de capital portador de juros. Isto é, o antivalor, ao retornar ao processo de produção e circulação de mercadorias, cumpre um papel fundamental como capital produtivo. Mas quando o dinheiro permanece estagnado como antivalor, ele se dissocia do processo de produção de mercadorias e passa a circular autonomamente como ativo financeiro; ele não mais produz valor e mais-valia. É também chamado de capital fictício. O mundo contemporâneo da globalização financeira é refém do dinheiro e tornou-se o império do antivalor. Em resumo: “Da mesma maneira que a renda fundiária repousa na ficção de que a terra é uma mercadoria que pode ter preço, mas não tem valor, o sistema de crédito repousa na ficção de que o dinheiro é uma mercadoria que possui preço” (HARVEY, 2018, p. 48).

Mas como se dá a circulação dessa massa de antivalor? Ela rapidamente toma a forma de dívida. Harvey (2018) explica como isso funciona:

O elemento contraditório é que a criação de endividamento dentro do sistema financeiro impulsiona persistentemente a acumulação futura. A busca frenética por lucro se soma à necessidade frenética de amortizar as dívidas. E parte dessa busca frenética precisa encontrar formas de aumentar a valorização do capital na produção. O valor não retorna às práticas de valorização [...] sob a mesma forma que tem quando inicia seu percurso. Ele evolui à medida que se movimenta e se expande à medida que evolui. Agora, porém, essa expansão abarca não apenas a busca por mais-valor mas também a necessidade adicional de amortizar as dívidas que se acumulam no interior da rede distributiva exigida para que a circulação do capital efetivamente funcione (HARVEY, 2018, p. 31-32).

Explica também a articulação entre o Estado, o sistema financeiro e a dívida:

A dívida nos aprisiona em certas estruturas de produção futura de valor. A dívida é o meio predileto do capital de impor sua forma particular de escravidão. Isso se torna duplamente perigoso quando o poder dos credores subverte e tenta aprisionar a soberania do Estado. É por esse motivo que a única maneira de o capital

sobreviver é por meio da coerência e da fusão obtidas pelo nexó Estado-financeiras. Com isso, completa-se o processo de alienação de populações inteiras de qualquer influência e poder reais. (HARVEY, 2018, p. 201).

Em suma, “O capital não perdoa nossas dívidas [...]. Ele insiste que nós as quitemos com produção futura de valor” (HARVEY, 2018, p. 201).

Explicando melhor, podemos dizer que o império do antivalor equivale, na realidade, em tempos do capital financeiro globalizado, ao império da dívida, com o aval e a coordenação dos Estados. A dívida aprisiona todos os agentes/atores econômicos à lógica do capitalismo contemporâneo. E dada a imperiosa necessidade da acumulação de capital infinita, todos estão condenados à prisão perpétua!

Mas por que o autor indica que a dívida é o “meio predileto” para o capital na sua forma de antivalor? Há outras formas em que o dinheiro permanece como antivalor, pois circula em mercados fictícios, incluindo o de coisas que estão muito distantes do cotidiano laboral dos trabalhadores, como obras de arte, jogos de azar, crédito de carbono, criptomoedas, câmbio futuro e esquemas de corrupção. Há também formas de entesouramento que tiram o dinheiro de circulação totalmente, como mantê-lo “debaixo do colchão”, num cofre e/ou em moeda estrangeira em espécie. A dívida, no entanto, cresce na forma de compras com cartões de crédito; nos fundos de pensão, que “investem” parte considerável dos seus depósitos em dívida pública; nos empréstimos a governos e entre governos; nas operações de bancos que socorrem bancos e de bancos centrais que socorrem bancos; no mercado de seguros; nos créditos para compras de automóveis, eletrodomésticos e tudo o mais. Importantes também para consideração das crises urbanas, os variados e vultosos “investimentos” no espaço construído, muitos na forma de especulação imobiliária, são, quase sempre, realizados na forma de endividamento (contratação de financiamentos) tanto de quem produz quanto de quem consome.

Harvey assim sintetiza esse processo:

Quando esse dinheiro circula como capital portador de juros, ele funciona como o antivalor que deve ser e supostamente será resgatado pela futura produção de valor e mais-valor. Mas, quando o dinheiro liberado circula em mercados de ativos como o mercado imobiliário, o mercado de ações e o mercado de arte, o antivalor não é resgatado, embora os ultrarricos fiquem cada vez mais ricos com suas especulações. Há, portanto, um forte incentivo para se criar ainda mais antivalor para resgatar o que foi liberado anteriormente. O resultado não é apenas estagnação secular na produção de valor, mas criação de um capitalismo Ponzi, que constitui o perigoso caminho da expansão monetária infundável [...] (HARVEY, 2018, p. 110).

Então, é necessário agora ressaltar e insistir, como já dito, que nem todo antivalor é fadado a transformar-se em dívida. O que Harvey (2018) – sempre em referência a Marx – chama de capital portador de juros tem outro papel. É antivalor em processo de transformação: busca a obtenção de mais-valia no processo produtivo; permite a circulação do capital em todo o seu ciclo (produção, circulação e realização); permite o movimento do capital entre os circuitos produtivos (primário – das mercadorias em geral; secundário – do imobiliário; e terciário – da ciência e tecnologia, educação e cultura); permite o trânsito do capital ou a sua transferência para o ciclo de outra mercadoria; permite o movimento do capital no espaço geográfico; facilita, até, a distribuição de recursos (mais-valia) entre os capitalistas. O antivalor, na forma de capital portador de juros, é auxiliar e de suma importância para o processo produtivo. Trata-se da forma mais líquida do capital.

Quando o antivalor não cumpre esta função, ele se manifesta, cada vez mais, na forma de dívida. Dívidas têm de ser amortizadas (mesmo as impagáveis). A utilização do antivalor para a promoção da produção (e, por suposto, de valor e mais-valia) tem agora de dividir espaço com o serviço da dívida, o que impacta sobre a produção futura. Essa dinâmica, como já indicado, está associada à necessidade de produção contínua e infinita de mercadorias, ou seja, de valor e mais-valia. O antivalor, agora fetichizado na forma de dívida, como se fosse uma mercadoria na forma de dinheiro, passa também a reproduzir-se contínua e infinitamente (mais uma contradição!). Seu novo atributo é transformar magicamente dinheiro em mais dinheiro. Total alienação! Isso vai muito além do consumismo exacerbado e corrente. Karl Marx, em seus compêndios sobre o capital (ver, em particular, Marx, 1990 [1867]), e, mais recentemente, Guy Debord (2003 [1967]), que escreveu sobre o “espetáculo” da acumulação, não poderiam ter previsto tais desenvolvimentos, que têm sido tão dominantes, nas últimas

décadas, tanto no mundo econômico em geral como no cotidiano de nossas vidas.

Tudo isso só é possível por conta da ofuscante forma-dinheiro, como a denomina Marx, que é a expressão material do valor (que é imaterial). O dinheiro, empregado no sentido de representação de valores de troca, é um processo, não uma coisa (papel-moeda, lastro em ouro). As possibilidades de sua utilização são infinitas. A acumulação de capital vincula-se, dessa forma, a uma desenfreada acumulação de dívidas, com enorme potencial de geração de crises. “O antivalor precisa ser superado – resgatado, por assim dizer – para que a produção de valor sobreviva às fainas da circulação” (HARVEY, 2018, p. 80). O não pagamento de dívidas dá origem a crises; o não pagamento generalizado de dívidas pode resultar em “desvalorização e destruição”.

Resgatemos, então, mesmo que apenas em passant, algumas características do sistema produtivo sob o capitalismo que nos permitam compreender melhor os efeitos e o papel do antivalor na crise urbana contemporânea.

PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E REALIZAÇÃO DA MERCADORIA

Para compreender a relação dívida x crise urbana, ou seja, para explicar como a crise urbana contemporânea é produto da dívida (ou do antivalor em forma de dívida), é de interesse resgatar, mesmo que muito brevemente, algumas características básicas do capitalismo, da maneira como Harvey (2018) as descreve das narrativas de Marx. Dessa forma, é possível relacionar a má infinidade da acumulação, o fetichismo do dinheiro – e a sua expansão na forma de dívida – à produção do espaço e à construção de uma geografia à semelhança e ao serviço do capital (esse último tema também tratado, em mais detalhe, em Valença, 2006). O trajeto mais indicado para esta discussão, ou o seu destino, talvez seja a narrativa de como o capital opera em mercados imobiliários, na forma, inclusive, de capital fictício, e do papel que desempenha a propriedade privada da terra e do imobiliário neste processo. Isso será visto mais tarde, na sequência. Antes, será discutida a base marxiana mais elementar sobre a teoria do valor – ou da produção de mercadorias sob o capitalismo.

Harvey discute a formulação de Marx de forma mais detida em outros de seus livros, em particular Para entender O Capital, livro 1 e Para entender O Capital, livros 2 e 3, originalmente publicados em inglês nos anos de 2010 e 2013, respectivamente (há uma edição mais recente, da editora Verso Books, reunindo os dois livros em um único volume.) Nestes trabalhos, Harvey compila seus cursos sobre o pensamento de Karl Marx em O Capital, ministrados nas quatro décadas anteriores. Eu prefiro utilizar, no entanto, o livro Os limites do capital, publicado em língua inglesa em 1982. Neste, Harvey, sempre em referência ao pensamento de Marx, desenvolve sua própria agenda mais livremente, não necessariamente seguindo sequencialmente os escritos de Marx em O capital.

Marx tratou da produção (incluindo o problema da distribuição, ou de como são alocados salários, lucros, rendas e juros), circulação e realização (troca e consumo) da mercadoria, respectivamente, em cada um dos volumes de O capital. É de conhecimento geral que os livros 2 e 3 foram publicados postumamente pelo seu amigo e seguidor, Friedrich Engels. O livro 2 foi revisado e complementado, e o livro 3 foi escrito por Engels a partir das notas deixadas por Marx. Isso significa que, mesmo considerando todo o legado e toda a contribuição de Marx, seu projeto não ficou pronto como havia planejado. Isso também significa que não surpreende o fato de o livro 1 de O capital ser, talvez, a sua obra mais lida e conhecida. Não obstante a incompletude desse projeto, concretamente, o que Marx deixou pronta foi uma teoria crítica sobre a produção de mercadorias sob o capitalismo. Mas Marx pensou o capital como uma totalidade. As fases de produção, circulação e realização, embora possam ser tratadas separadamente, constituem um único processo, complexo e contraditório. O tempo é o elemento-chave de toda a teoria marxiana; daí ser o capital equivalente ao valor em movimento, uma vez que está sempre em transformação, rumo à infinidade. O seu objetivo, ou melhor, o seu designio é expandir-se continuamente.

O valor equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias. Porém, um bem, produzido sob o capitalismo, não se torna mercadoria, após a sua produção, sem passar pelos processos de circulação e realização. A mercadoria é um bem que tem um valor de uso para outra pessoa, não para o seu produtor. A mercadoria é trocada no mercado pelo seu valor de troca – ou pela

representação deste, o dinheiro. A maneira de realizar a troca é por meio do dinheiro. Não se trocam coisas por coisas sob o capitalismo, mas coisas por dinheiro e dinheiro por coisas. Tem um aspecto ideológico nesta relação. Quando alguém pensa em ter acesso a algum bem necessário ou desejado (valor de uso), pensa também em mobilizar recursos para acessá-lo. O acesso a valores de uso sob o capitalismo se dá via o seu valor de troca, por meio da compra e venda. Isto está forte e ideologicamente embutido em nossas mentes.

O que se realiza com o trabalho é produto do capitalismo. O dinheiro (que é concreto) é a medida da sociabilidade do trabalho (que é imaterial). O dinheiro aliena as pessoas do processo produtivo, por meio do que Marx chama de fetichismo da mercadoria. A mercadoria vira coisa, não mais processo imbuído de complexas relações sociais, com o meio ambiente e com o ambiente construído. Com isso, não é mais possível saber a origem e os processos aos quais são submetidas as mercadorias durante as suas produção e circulação. O dinheiro mascara a realidade, mediando trocas entre capitalistas, trabalhadores e consumidores. E quando o dinheiro – como já tratado – apresenta-se, ele próprio, como mercadoria, estabelece-se o fetichismo em sua forma mais extrema. Dinheiro como mercadoria – o sistema de crédito e de dívidas – é o cúmulo da alienação.

Os capitalistas são os proprietários dos meios de produção, ou seja, dispõem de capital para investir. Os trabalhadores não são proprietários dos meios de produção; têm apenas a força de trabalho, que trocam no mercado por um salário (pago pelos capitalistas). São estas as duas classes sociais fundamentais sob o capitalismo: a classe capitalista, ou burguesia, e a classe trabalhadora, ou proletariado. Os capitalistas estabelecem a engrenagem que vai transformar capital em mercadorias e em mais capital. Este é o processo de criação de valor e mais-valia. Meios de produção (equipamentos, edifícios – trabalho morto) e insumos serão dispostos e utilizados adequadamente e, com a utilização da força de trabalho dos trabalhadores, a mágica da transformação de mercadorias em outras mercadorias pode acontecer. Esta mágica é o que origina e possibilita a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Os capitalistas visam obter o lucro, mas como isso é possível? Por conta da propriedade privada dos meios de produção, os capitalistas são capazes de reter parte do valor gerado pelos trabalhadores no processo produtivo, a mais-valia (MARX, 1990 [1867]).

A mais-valia é a parte do valor (tempo de trabalho dos trabalhadores, necessário para a produção das mercadorias) que é apropriada pelos capitalistas. Todo o processo é desigual e combinado. Combinado significa que o empobrecimento dos trabalhadores está associado à riqueza dos capitalistas. A acumulação do capital é proporcional à acumulação da miséria. No entanto, o nível de exploração dos trabalhadores – o quanto de mais-valia é apropriado pelos capitalistas – depende de um processo conceitualmente chamado de luta de classes. Os trabalhadores podem se organizar e lutar por melhores condições de trabalho, incluindo jornadas mais curtas e maiores salários, mas os capitalistas podem avançar demitindo trabalhadores mais politicamente ativos e empregando novos provenientes do exército industrial de reserva (criado pela superpopulação relativa ou, como também é chamada, população excedente relativa) ou investindo em novas tecnologias, equipamentos e organização do trabalho (que geram a superpopulação relativa substituindo trabalho vivo por trabalho morto). A divisão social do trabalho, separando trabalho intelectual do manual e destituindo o trabalhador do know-how sobre o fazer, incorporando esse know-how às máquinas e às linhas de produção, é a base que permite incrementos constantes de produtividade.

Os capitalistas visam ao lucro; o lucro é a manifestação concreta da mais-valia, que é a parcela de valor gerado durante a produção, apropriada pelo capitalista. Os capitalistas visam à reprodução ampliada do capital. Dependem disso para sobreviver às adversidades da competição, nos médio e longo prazos. Isso quer dizer que, ao final de um ciclo de produção, os capitalistas, além de obterem o seu lucro, devem investir parte deste nos próximos ciclos, acumulando capital. Isso se deve ao processo de competição capitalista que impele a todos a continuar investindo para aumentar a produtividade, baixar custo de produção, manter ou aumentar a lucratividade. Há vários tipos de capitalistas envolvidos na produção, como também na circulação da mercadoria. Os capitalistas produtores têm de dividir a mais-valia (o lucro) obtida no processo produtivo com os capitalistas comerciais, financistas, rentistas, como os proprietários de terras e imóveis, entre outros. A repartição da mais-valia entre os capitalistas é também função da competição. Este não é um processo simples, mas é facilitado pelo antivalor, dinheiro na forma de capital portador de juros. Este permite que o capital se mova com mais facilidade entre setores de produção e até geograficamente. O dinheiro é a forma mais móvel do capital. Marx o

chamava de borboleta, explica Harvey, porque ele voa e pousa onde quiser. Daí não ser difícil entender por que a globalização atual, império da dívida, está direta e fortemente associada às diversas formas de operação de crédito.

Por conta da facilidade de o capital se movimentar entre os setores econômicos, a taxa de lucro tende a se equalizar. Ou seja, se produzir sapatos oferecer mais vantagens e lucratividade do que produzir automóveis, os produtores de automóveis podem passar a investir parte de seus lucros no setor de sapatos. Os capitalistas buscam o lucro, não interessando o valor de uso que será produzido. Investimentos maiores ou menores alteram a oferta de mercadorias e os preços relativos praticados no mercado, que seguem, em geral, a lei da oferta e demanda, aceita até por Marx como princípio geral norteador (há obviamente as distorções trazidas por monopólios, oligopólios, cartéis, taxaço, controles do Estado etc.) A movimentação do capital tem efeitos distributivos e apresenta contradição relevante: a maior lucratividade não está associada à mais-valia criada, mas ao capital que os capitalistas adiantam. Os capitalistas perseguem “a maximização do lucro, não a de mais valia” (HARVEY, 2018, p. 44). Por isso, as indústrias capital-intensivas são mais favorecidas, situação que apresenta potencial para crises e explica, em muito, as desigualdades regionais no mundo.

Antes de voltar a discutir a crise urbana, iremos avançar ainda com esta discussão sobre os fundamentos marxianos do sistema capitalista e tratar da formação do capital fixo imobiliário, tema de suma importância para compreender, com mais amplitude e clareza, a relação da crise urbana com o antivalor. A crise urbana é agravada pela, mas não se refere exclusivamente à crise fiscal do Estado ou, como apontado no início deste texto, a circunstâncias demográficas, guerras e catástrofes naturais específicas. O antivalor tem amplitude ainda maior do que apenas a sua expressão na forma de dívida pública.

CAPITAL FIXO, ESPAÇO CONSTRUÍDO E CRISE

Após este breve entreato para chamar atenção para algumas características fundantes do capitalismo, descritas por Marx e apresentadas por Harvey em vários de seus trabalhos, é crucial compreender como ocorre a formação do capital fixo imóvel (o imobiliário incluído), que é tão importante na produção do espaço nas cidades e que tanto pode aliviar como exacerbar a crise urbana. Essa é mais uma contradição no capitalismo, modo de produção fadado à crise. O capital – valor em movimento! – opera sempre no limite da instabilidade. Então, vejamos a seguinte afirmação:

Capital fixo e imóvel incorporado à terra precisa ser usado in situ para que o valor seja resgatado no curso de sua vida útil. Há um paradoxo nisso. Uma forma de capital concebida para fornecer a infraestrutura física num local a fim de liberar a mobilidade espacial do capital em geral acaba forçando o fluxo de capital para dentro daquele espaço delimitado pelo capital fixo, caso contrário o valor deste último será desvalorizado, com graves consequências para o capital portador de juros... que o financiou. Essa é uma das maneiras poderosas pelas quais vem à tona a tendência do capital a crises (HARVEY, 2018, p. 149).

A frase é autoexplicativa, mas destaquemos o fato de o movimento do capital, que exige o investimento em capital fixo e suas variantes, capital fixo imóvel e capital fixo autônomo, criar, ele próprio, um constrangimento que impede ou dificulta a liberdade da “borboleta”. Ele requer também a produção de bens de consumo imóveis (como moradias e praças), investimentos que também serão destruídos ou desvalorizados se tiverem de ser deslocados ou abandonados. Se, num primeiro momento, investimentos se deslocam em direção a algum novo espaço a ser construído, num segundo momento, novos investimentos devem ser direcionados a esse novo espaço, senão os capitais investidos anteriormente serão desvalorizados (ou perdidos, em casos extremos). Melhor dizendo, a própria expansão espacial do capital constrange o seu movimento, dada a necessidade de resgate do que foi investido.

A discussão realizada por Harvey sobre o capital fixo não é nada fácil, mas reflete as próprias confusões e lacunas deixadas por Marx. Há, porém, uma confusão conceitual recorrente que deve ser esclarecida. Os termos capital constante e capital variável não são sinônimos de capital fixo e capital circulante. Em *Os limites do capital*, Harvey (2013 [1982]) faz essa distinção com clareza. Os primeiros

termos se referem à produção de valor (e mais-valia) e definem a posição do capital na relação de classes; os segundos se referem ao movimento do capital como valor de uso na produção. Por exemplo, a fábrica e os equipamentos de produção, como também as matérias-primas, são capital constante, mas a força de trabalho é capital variável. As matérias-primas e a força de trabalho são capital circulante. O que define o capital fixo é o seu uso na produção: a transmissão de seu valor ao produto final é diferente da que acontece com o valor da matéria-prima (capital circulante), que, por exemplo, é reconstituída totalmente no produto final. O mesmo não acontece com o capital fixo, que é apenas incorporado ao produto final fragmentariamente. O capital fixo vai permanecer na produção por vários ciclos do capital, até o final de sua vida útil (que pode se dar por deterioração ou por desuso devido à sua substituição por novos equipamentos e tecnologias mais produtivos). “O capital fixo é, então, apenas aquela parte da riqueza social total, do estoque total de bens materiais, que é usada para produzir mais-valor” (HARVEY, 2013 [1982], p. 283).

Os instrumentos de trabalho, que são capital fixo, devem ser produzidos como mercadoria no capitalismo, porém o capital fixo não deve ser confundido com certos tipos de bens de consumo. Facas, garfos e casas são bens de consumo; não servem diretamente à produção. A questão, entretanto, é ainda mais complicada. Há dois tipos de capital fixo de larga escala e vida longa: o que Harvey chama de capital fixo como forma autônoma (como estradas, ferrovias, canais, portos etc., que Marx inclui nas condições gerais de produção) e o capital fixo que é fechado no processo produtivo (como máquinas e edifícios industriais). Assim, o primeiro tem uso compartilhado, e o segundo tem uso próprio a cada unidade de produção. A imobilidade também é uma condição que se refere tanto a certos tipos de capital fixo, como a certos tipos de bens de consumo (como a casa e a praça). O capital fixo é diferente dos bens de consumo, mas algo pode ser simultaneamente os dois, como as estradas e os automóveis. A distinção está no uso. Navios não são imóveis (são de larga escala e vida longa) e moradias e parques (bens de consumo) são imóveis. Em geral, parques são de uso coletivo; casas são de uso individualizado. As combinações são várias.

O investimento em capital fixo é transformador no capitalismo. O capital fixo tem relação direta com o uso da tecnologia e a organização do trabalho e da produção. A tecnologia é a base da luta competitiva (luta de classes e competição capitalista) pela mais-valia relativa. Tem efeitos tanto na determinação do nível de exploração do trabalho como na distribuição de benefícios entre os diversos tipos de capitalistas. No entanto, os capitalistas, em geral, evitam investimentos em capital fixo por conta de várias de suas características intrínsecas, tais como: alto custo, longo tempo de produção, dificuldade de determinação do preço por conta da natureza de seu uso (realizado em vários ciclos de produção e/ou utilizado de forma compartilhada e coletiva). Por isso, é comum que grandes investimentos em infraestrutura e até em grandes projetos industriais (como siderúrgicas e refinarias) sejam realizados pelo Estado (ou pelos capitalistas com subsídios, garantias, financiamento e outros benefícios fiscais). Normalmente, quando o capital migra para o setor imobiliário a ponto de causar um boom, é sinal de que a economia está em crise. Mesmo assim, mesmo que essa migração seja, a princípio, um investimento com boas perspectivas de lucro, entre concepção, execução e venda, um empreendimento imobiliário leva vários anos para se concretizar. Esse tipo de empreendimento requer, assim, grandes somas de capital e são pró-cíclicos, o que significa dizer que, durante o longo processo de produção, o capitalista pode ser impactado por uma crise de demanda própria. A produção do espaço construído é um componente impactante numa crise: primeiro, resolve; depois, contribui para o seu aprofundamento.

No capítulo 2 de seu livro *The urban experience*, Harvey (1989) deixa claro que os capitalistas tendem a investir mais no circuito primário de produção, que é o circuito que produz a maior parte das mercadorias. Essa é mais uma contradição no sistema que pode levar a crises de sobreacumulação, que, no geral, incluem a produção que não encontra compradores, as taxas decrescentes de lucro, o capital não utilizado e o trabalho excedente sem utilização. Como solução, geralmente temporária, o capital pode ser transferido para o circuito secundário. Esse circuito é o que produz o capital fixo e o que Harvey denomina fundo de consumo (mercadorias que servem de meio para a reprodução dos trabalhadores, como casas, calçadas, praças, máquinas de lavar etc.), com particular importância para o imobiliário. Nesse mesmo circuito são produzidos tanto o ambiente construído para a produção quanto o ambiente construído para o consumo (que, muitas vezes, se confundem). Há ainda um circuito terciário de produção, que corresponde aos investimentos, geralmente de mais longo prazo, nas seguintes áreas:

ciência e tecnologia, repressão (como a polícia e as forças armadas), pesquisa, educação e saúde, cooptação e integração da força de trabalho. Numa crise, o capital pode migrar em diferentes medidas – a depender da natureza e profundidade da crise –, do circuito primário para o secundário e o terciário (ver também a discussão em Valença, 2008). No entanto, isso não acontece com facilidade. Harvey (2003) alerta que:

Uma condição geral para viabilizar o fluxo de capital para o circuito secundário é [...] a existência de um mercado de capital operante e, talvez, um Estado apto a financiar e garantir projetos de longo prazo e em larga escala para a criação do ambiente construído. [...] Isso se aplica tanto ao fundo de consumo (daí a importância do crédito ao consumidor, créditos para aquisição da casa própria, débito municipal) quanto ao capital fixo (HARVEY, 2003, p. 65, tradução livre).

Há uma parte significativa da produção do espaço que alimenta a economia da dívida. Não só o Estado financia parte da produção do espaço (em particular, o capital fixo autônomo) com base na dívida pública, como também os empreendedores privados financiam os seus empreendimentos junto aos bancos e/ou mercado financeiro. Os consumidores, por sua vez, também necessitam acessar empréstimos para adquirir imóveis no mercado.

No mercado imobiliário, por exemplo, os financistas financiam a construção de moradia pelas incorporadoras e ao mesmo tempo concedem empréstimos aos consumidores para realizar o valor da moradia no mercado. A circulação de capital portador de juros estabelece a harmonia da unidade contraditória de valorização e realização (HARVEY, 2018, p. 51-52).

Mas, diante do tempo de operação de todo o processo, como já dito, o empreendedor pode ser surpreendido com uma crise de sobreacumulação no próprio mercado imobiliário. Portanto, a discussão sobre a crise fiscal mascara uma crise que é bem mais profunda: à crise fiscal do Estado, soma-se uma crise generalizada de mercado.

A consequência da crise urbana, que se dá ou se acentua com a produção do espaço construído, é ainda mais impactante: vai além do problema fiscal do Estado e da incapacidade deste de prover o que é necessário; vai além do problema de financiamento e dívidas das empresas e dos indivíduos; vai além, enfim, da acumulação de dívidas propriamente dita. A crise impacta nos preços imobiliários em relação à localização e à consequente dotação de mais infraestruturas, causando gentrificação e segregação. Esse tipo de crise deixa marcas, muitas vezes permanentes, no território.

Em resumo:

O investimento de capital fixo, particularmente o do tipo “autônomo” no meio ambiente construído, pode ser um alívio temporário para os problemas de superacumulação e amenizar a tensão em momentos de crise, quando o excesso de capital e o excesso de trabalho se encontram lado a lado, sem que haja fontes lucrativas de emprego à vista. Por outro lado, a produção e o consumo futuros estão cada vez mais presos a formas fixas de fazer as coisas, e cada vez mais empenhados em linhas específicas de produção e configurações espaciais particulares no futuro. Hipoteca-se o futuro ao passado. O capital perde sua flexibilidade (HARVEY, 2018, p. 150).

CONCLUSÃO

Estamos agora caminhando para o fechamento deste ensaio, retornando ao problema da crise urbana e a sua relação com o antivalor. São muitas as contradições sob o capitalismo. O império do antivalor exacerba e acelera as tendências a crises do sistema. A necessidade de acumulação contínua e infinita para produzir valor e mais-valia tem acrescido a necessidade de garantir o serviço da dívida que impõe a servidão por dívida. Valor e mais-valia devem ser produzidos com maior intensidade, o que tem significado pressão constante sobre o crescimento econômico. O crescimento perpétuo tem de manter a sua dinâmica de crescimento composto. Isso significa que o crescimento de um determinado ano terá

como referência uma economia do ano anterior, a qual é ainda maior do que a do ano que o precedeu, e assim por diante. É uma progressão geométrica. Esse crescimento é uma contradição no capitalismo e anuncia uma catástrofe ecológica. É difícil imaginar que a economia mundial possa crescer todos os anos a uma velocidade de dois pontos percentuais ou mais. Como encontrar oportunidades de investimento? Quais os efeitos dessa produção crescente sobre a sustentabilidade ecológica do planeta?

Harvey (2013 [1982]) insiste que uma crise é uma situação de super- ou sobreacumulação, em que há disponibilidade de capital para investimento, mas, ao mesmo tempo, desemprego dos trabalhadores. Por algum motivo, essas duas condições, que deveriam se complementar, não se encontram (ver também Valença, 2017). Uma saída da crise, mesmo que temporária, tem sido o investimento ou a conversão do capital em capital fixo de larga escala e vida longa (máquinas, navios etc.), em particular na produção do espaço (capital fixo autônomo, como estradas, pontes, portos, ferrovias e represas; e não autônomos, como estruturas e edifícios industriais e armazéns; como também bens de consumo imóveis, como moradias, calçadas, praças e parques). Como já comentado, isso significa que é também induzida a necessidade por novos investimentos que façam com que essa conversão funcione; estabelece-se, geralmente ao longo de uma crise, uma nova base para o próximo ciclo do capital. Crises – Marx insiste – significam a possibilidade de renovação no capitalismo. Daí ser comum que o capital construa, destrua e reconstrua o espaço construído (à sua semelhança, para atender às suas necessidades) (VALENÇA, 2006). O espaço preferencial de reprodução do capital é o espaço urbano, de maneira que as crises sempre têm consequências sobre as cidades. A crise urbana está intrinsecamente ligada ao império da dívida.

Alguns investimentos não são rentáveis; por isso, o Estado os realiza a fundo perdido, e/ou as empresas que os realizam veem seus investimentos serem desvalorizados e, até, entram em falência. “Normalmente as crises deixam em seu alvorecer uma massa de ativos desvalorizados que podem ser comprados a preço de banana por quem tem dinheiro [...] para pagar por eles” (HARVEY, 2018, p. 91). Geralmente, esse é o papel do antivalor. Há uma relação entre a dívida e a perspectiva de sobrevivência no capitalismo contemporâneo. Embora a dívida comprometa a acumulação futura, é também a sua redenção. Não há contradição maior. Diante da necessidade de acumulação infinita, a servidão por dívida será perpetuada.

Em muitos casos, os capitalistas tiveram de lançar mão de soluções de fora do capitalismo, como o colonialismo, o imperialismo e muitos conflitos e guerras, para sobreviver às crises. Harvey (2003), em *The new imperialism*, chama processos similares a este, em particular a expansão geográfica do capitalismo, de acumulação por despossessão (ou acumulação via espoliação, como foi traduzido na versão brasileira do livro). No mundo contemporâneo da globalização e financeirização, a economia e a sociedade se tornaram mais complexas. Seus *modi operandi* são difíceis de explicar sem adicionar camadas de múltiplos entendimentos. Parece haver hoje de tudo um pouco, mas a maneira preferencial do capital sobreviver às crises tem sido propagar o sistema de crédito e dívida.

Como podem perceber, evitamos, até aqui, utilizar o odioso termo financeirização. Ele tem sido utilizado excessivamente para definir todos os males do mundo contemporâneo. Seja lá o que signifique, não é preciso explicar em demasia o objeto em discussão se for utilizado o termo financeirização. Ele parece ser autodefinido e amplamente compreendido. Não é bem assim. A financeirização, que é um instrumento do império da dívida, apenas operacionaliza tanto a produção de valor e mais-valia quanto, crescentemente, a acumulação de dívidas. O que ela realiza nos mantém, a todos, presos ao sistema, de mãos atadas. Mesmo que um indivíduo não tenha “dívidas”, o mundo que o rodeia opera sob essa lógica da economia do crédito, dos juros que sobem e descem, das variações dos índices das bolsas de valores, do dólar e do câmbio, do crediário etc. Essas coisas se tornaram determinantes para o cotidiano das pessoas, na definição das políticas públicas, dos grupos sociais e regiões que ganham e que perdem, dos preços praticados no mercado. Esse instrumento de dominação econômica avança hodiernamente nos diferentes setores econômicos e campos da vida cotidiana.

As saídas das crises têm sido sempre via a construção de infraestruturas, como estradas, e de bens de consumo duráveis, como moradias. Construir casas e enchê-las de coisas dentro têm sido ações recorrentes na história do capitalismo. Foi a fórmula de sucesso do período fordista do pós-segunda guerra, da suburbanização americana e da reconstrução europeia e do Japão. É hoje o carro-chefe do desenvolvimento chinês. Já serviu à reunificação alemã, após a queda do muro de Berlim, quando, ao longo da década de 1990, essa grande cidade se tornou o maior canteiro de obras do planeta. Na década

seguinte, serviu à construção de Dubai, em escala e velocidade nunca vistas. A fórmula é conhecida e se propaga em cidades e países, no mundo todo, como solução para as crises (sejam elas parciais ou globais). É comum se utilizar como justificativa a geração de empregos e de oportunidades de negócios, como no Brasil com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, 2007) e o PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida, 2009). Hoje, mais do que antes, há uma maior integração do capital financeiro com o imobiliário. Em momentos de crise e instabilidade, o imobiliário é produzido como reserva de valor, para a aquisição (chamam de investimentos) dos ricos. Por isso, “O capital está construindo cidades para que pessoas e instituições invistam nelas, e não cidades para as pessoas comuns viverem” (HARVEY, 2018, p. 187).

O financeiro e o imobiliário formam juntos um complexo. Todavia, é importante garantir que as dívidas contraídas sejam pagas (ou amortizadas), para que o sistema não entre em crises profundas e depressão. Para isso, o Estado garante o bom funcionamento dos bancos e das corporações financeiras. Os bancos não podem quebrar; por isso, são socorridos a todo custo. O que garante o bom movimento de capitais no mundo hoje, o que chamamos de globalização, é a liberdade de funcionamento e de mobilidade do capital financeiro em mercados que operam 24 horas por dia. Tudo o mais vai a reboque. Isso explica em parte por que as crises se propagam tão rapidamente: os mercados financeiros dos vários países, integrados globalmente como são, contaminam uns aos outros. A globalização é, assim, a globalização da dívida, do império do antivalor. As crises se sucedem, enquanto bancos e corporações financeiras, depositárias e operadoras do dinheiro, batem recordes de lucro.

Essa discussão tem potencial para continuar ad infinitum, como a acumulação de capital, o império da dívida e o prolongamento da crise urbana: tudo o que Harvey chama de “má infinidade”. Devemos, portanto, dar a ela um fechamento provisório que nos permita ver a luz ao fim do túnel. E Harvey nos permite ver essa luz em um de seus momentos de lúcido otimismo:

O capital produz uma cornucópia de valores de uso a partir da qual as pessoas podem criar relações sociais e formas não alienadas de estar na natureza e umas com as outras. A potencialidade está lá. O mundo é repleto de brechas com espaços heterotópicos em que grupos buscam, em meio a um mar de alienação, construir modos não alienados de viver e de ser (Harvey, 2018, p. 194).

AGRADECIMENTO

Ao CNPq, pelo apoio financeiro ao autor, que tem bolsa PQ1-B; às professoras Renata Archanjo e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros, pelas leituras prévias e importantes anotações; à professora Sylvia Coutinho Abbott Galvão, pela cuidadosa revisão e à CAPES, pelo financiamento da tradução.

REFERÊNCIAS

- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. São Paulo: eBooksBrasil, 2003 [1967]. E-book.
- HARVEY, David. The urban experience. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HARVEY, David. Social justice and the city. Oxford: Blackwell, 1993 [1973].
- HARVEY, David. The new imperialism. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982].
- HARVEY, David. A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARX, Karl. Capital. A critique of political economy. v. 1. London: Penguin Books, 1990 [1867].
- VALENÇA, Márcio Moraes. Cidades ingovernáveis? Ensaio sobre o pensamento harveyano acerca da urbanização do capital. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (org.).

Panorama da Geografia Brasileira. São Paulo: Annablume, 2006. p. 185-190.

VALENÇA, Márcio Moraes. Ensaio sobre a dinâmica do imobiliário em Harvey. In: VALENÇA, Márcio Moraes. Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 243-250.

VALENÇA, Márcio Moraes. Harveyan utopian thought and social justice. Approaching public space. In: MENDES, Manuela M.; SÁ, Teresa; CABRAL, João (ed.). Architecture and the social sciences. Inter- and multidisciplinary approaches between society and space. Berlin: Springer, 2017. p. 86-96.